



CONAB

Analista - Administração

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão, interpretação e reescrita de textos e de fragmentos de textos, com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas.....	1
Tipologia e gênero textual	10
Coesão e coerência.....	19
Ortografia oficial	27
Acentuação gráfica.....	31
Pontuação	40
Formação, classe e emprego de palavras	50
Significação de palavras.....	70
Período composto por coordenação e subordinação.....	78
Concordância nominal e verbal	85
Regência nominal e verbal	92
Emprego do sinal indicativo de crase.....	99
Colocação pronominal.....	103
Ambiguidade na construção do texto	108
Transitividade verbal	110
Produção textual utilizando a norma culta.....	115
Redação oficial.....	117
Questões	131
Gabarito.....	144

NOÇÕES DE MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Compreensão de estruturas lógicas. Tabela verdade	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	8
Diagramas lógicos	13
Fundamentos de matemática	16
Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações	28
Questões	34
Gabarito.....	43

SUMÁRIO



NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

Conceitos fundamentais - definição de computador, componentes básicos do computador (hardware e software) e tipos de computadores	1
Hardware - principais componentes de hardware. Dispositivos de entrada e saída. Armazenamento de dados. Software - tipos de software (software de sistema, software de aplicação). Conceitos de instalação e remoção de software	2
Sistema operacional windows 10 e 11. Gerenciamento de arquivos e pastas. Configurações básicas do sistema operacional.....	9
Redes de computadores - conceitos básicos de redes (lan, wan, internet). Dispositivos de rede (roteadores, switches, modems). Protocolos de rede.....	37
Suíte de escritório - programas de processamento de texto. Planilhas eletrônicas. Apresentações.....	48
Internet e serviços online - navegadores de internet e motores de busca. Segurança na internet.....	106
Serviços de e-mail	113
Gerenciamento de e-mails e calendários	117
Conceitos de segurança da informação - proteção de dados pessoais. Principais ameaças (vírus, malware, ransomware). Medidas de prevenção (senhas fortes, criptografia). Práticas de uso - boas práticas no uso do computador	122
Questões	130
Gabarito.....	139

NOÇÕES BÁSICAS DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Princípios orçamentários	1
Diretrizes orçamentárias; processo orçamentário	8
Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis	10
Sistema integrado de planejamento e orçamento - siop e sistema integrado de administração financeira - siafi	12
Receita pública: categorias, fontes, estágios, dívida ativa	21
Despesa pública: categorias, estágios; suprimimento de fundos; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; a conta única do tesouro	25
Questões	46
Gabarito.....	52



GESTÃO DE PROJETOS

Conceitos básicos	1
Processos do pmbok – 7ª edição; gerenciamento da integração, do escopo, do tempo, de custos, da qualidade, de recursos humanos, de comunicações, de riscos, de aquisições, de partes interessadas; metodologias ágeis	2
Questões	13
Gabarito	17

CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS

Plano de transformação ecológica	1
Mudanças climáticas	5
Acordos do clima	7
Descarbonização	13
Desenvolvimento sustentável	20
Segurança alimentar e nutricional	22
Agricultura familiar	28
Política social de abastecimento de alimentos do governo federal	32
Transformação digital nos serviços públicos	36
Governo digital: lei nº 14.129, De 29 de março de 2021	41
Estratégia nacional de governo digital – decreto nº 12.198, De 24 de setembro de 2024 e suas alterações	54
Estratégia brasileira para a transformação digital (decreto nº 12.308, De 11 de dezembro de 2024 e suas alterações)	57
Plataforma gov.Br - decreto nº 8.936, De 19 de dezembro de 2016	59
Sistema de administração dos recursos de tecnologia da informação (sisp)	61
Assinatura eletrônica - lei nº 14.063, De 23 de setembro de 2020 e decreto nº 10.543, De 13 de novembro de 2020	68
Lei geral de proteção de dados pessoais - lei nº 13.709, De 14 de agosto de 2018 e alterações	78
Questões	101
Gabarito	108

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Evolução da administração: principais abordagens da administração (clássica até contingencial)	1
Evolução da administração pública no Brasil (após 1930); reformas administrativas; a nova gestão pública.....	11
Governança corporativa, governabilidade e accountability na administração pública; transparência na administração pública	16
Processos participativos de gestão pública.....	17
Gestão da qualidade na administração pública e modelo de excelência gerencial; principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; ferramentas de gestão da qualidade	20
Gestão por resultado na administração pública	24
Processo administrativo: funções de administração: planejamento, organização, direção e controle; processo de planejamento; planejamento estratégico: visão, missão e análise swot, matriz gut e ferramenta 5w2h; análise competitiva e estratégias genéricas; redes e alianças; planejamento tático; planejamento operacional; administração por objetivos; balanced scorecard; processo decisório; organização; estrutura organizacional; tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo; organização informal; cultura organizacional; clima organizacional; direção; motivação e liderança; comunicação; descentralização e delegação; controle; características; tipos, vantagens e desvantagens; sistema de medição de desempenho organizacional.....	35
Sistemas, processos e tipos de controle	45
Participação e controle social	47
Gerenciamento de riscos nas contratações da administração pública	48
Boas práticas de gestão de riscos.....	57
Gestão de processos: conceitos da abordagem por processos; técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos; noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos; gerenciamento de processos de negócio	62
Administração de recursos materiais e patrimoniais: conceituação de material e patrimônio; o patrimônio das empresas e órgãos públicos; o patrimônio imobiliário; o patrimônio mobiliário; organização e controle logístico; gestão de cadeia de suprimentos; logística reversa	65
Administração de recursos humanos: gestão da folha de pagamento; conceitos, módulos, eventos e movimentações/transmissões de arquivos do e-social; legislação trabalhista, tributária e previdenciária; cálculos de folha de pagamento e rescisões contratuais	92
Conceitos de people analytics; estratégias de gestão e desenvolvimento de pessoas; relações interpessoais; equipes e liderança; avaliação de desempenho e gestão do desempenho.....	97
Remuneração e benefícios.....	104
Motivação	106
Organizações de aprendizagem.....	109
Cultura organizacional.....	115

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Gestão por competências.....	121
Flexibilidade organizacional e teletrabalho.....	123
Gestão da mudança: mudanças sociais, científicas, culturais e organizacionais; métodos, estratégias e tendências em treinamento, desenvolvimento e educação	129
Logística organizacional: programação logística; escoamento da produção agropecuária; modais de transportes; custo operacional de transporte	137
Administração financeira e orçamentária: o papel do estado e a atuação do governo nas finanças públicas; formas e dimensões da intervenção da administração na economia.....	144
Funções do orçamento público; orçamento público; conceito; técnicas orçamentárias; princípios orçamentários; ciclo orçamentário; processo orçamentário; o orçamento público no Brasil: sistema de planejamento e de orçamento federal; plano plurianual; diretrizes orçamentárias; orçamento anual; outros planos e programas; sistema e processo de orçamentação; classificações orçamentárias; estrutura programática; créditos ordinários e adicionais; programação e execução orçamentária e financeira; descentralização orçamentária e financeira; acompanhamento da execução; alterações orçamentárias	146
Lei de responsabilidade fiscal: conceitos e objetivos; planejamento; receita pública; despesa pública; dívida e endividamento; transparência, controle e fiscalização; termo de execução descentralizada, convênios, termo de referência e relatório de cumprimento de objeto.....	161
Licitação: conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade; princípios básicos e correlatos; modalidades; obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; procedimento licitatório; anulação, revogação e recursos administrativos; sanções e procedimento sancionatório; crimes em licitações e contratos administrativos; contrato administrativo para compras na administração pública: conceito, principais características e espécies; formalização, execução e inexecução; duração, prorrogação, renovação e extinção; revisão e rescisão	192
Noções de economia e estatística básica; objective key result (okr); análise de mercado (oferta, demanda, preços, estoques).....	315
Questões	319
Gabarito.....	325

SUMÁRIO



NOÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO APLICADA À CONAB

As diferentes conceituações de políticas públicas	1
O processo de elaboração de políticas	6
O papel do estado; a burocracia e o estado; poder, racionalidade e tomada de decisões; o papel da burocracia e a discricionariedade no processo de formulação e implementação de políticas públicas	9
Teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas: escolha racional institucional; teoria de redes de políticas públicas; teoria dos múltiplos fluxos; teoria do equilíbrio pontuado; teoria de coalizões de defesa	14
Implementação de políticas públicas: problemas, dilemas e desafios; arranjos institucionais para implementação de políticas públicas	18
A diversidade e a inclusão nas políticas públicas; ações afirmativas	20
Lei nº 8.171, De 17 de janeiro de 1991	22
Lei nº 8.174, De 30 de janeiro de 1991	40
Lei nº 8.427, De 1992	41
Decreto nº 11.820/2023 - Institui a política nacional de abastecimento alimentar - pna-ab e dispõe sobre o plano nacional de abastecimento alimentar	45
Portaria mda nº 49, de 16/10/2024 - institui o primeiro plano nacional de abastecimento alimentar - 2025/2028	49
Decreto nº 7.794/2012 - Institui a política nacional de agroecologia e produção orgânica	50
Portaria interministerial mda/sg-pr/mapa/mds/mma/ms/mcti nº 7, de 02/10/2024 - institui o plano nacional de agroecologia e produção orgânica - planapo, para o período de 2024 a 2027	56
Programa e a plataforma agro brasil + sustentável (portaria mapa nº 745, de 20 de dezembro de 2024)	58
Estatuto social	61
Código de conduta ética e integridade da conab	61
Questões	61
Gabarito	66

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para quem se prepara para concursos públicos, exames escolares ou qualquer prova que envolva Língua Portuguesa. Dominar essas competências pode ser o diferencial entre uma boa e uma excelente pontuação, especialmente em provas que cobram interpretação textual de forma intensa e minuciosa.

Mas qual é a verdadeira diferença entre compreensão e interpretação? Muitas vezes, esses dois conceitos são tratados como sinônimos, mas possuem diferenças importantes. A compreensão envolve a habilidade de entender o que o texto expressa de maneira clara e direta, ou seja, aquilo que está explícito na superfície das palavras. É a capacidade de captar o significado literal das frases, ideias e argumentos apresentados pelo autor. Já a interpretação vai além: é a habilidade de ler nas entrelinhas, de inferir significados ocultos e de construir sentidos que não estão evidentes no texto, mas que podem ser deduzidos a partir do contexto, dos detalhes e da experiência do leitor.

Desenvolver a habilidade de compreender e interpretar textos é uma tarefa que exige prática e dedicação. Ao longo deste estudo, exploraremos as diferenças entre compreensão e interpretação, os tipos de linguagem que influenciam a interpretação textual e o conceito de intertextualidade, que é quando um texto se relaciona com outro para construir novos significados. Esses conhecimentos são essenciais para uma leitura mais aprofundada e para uma interpretação mais assertiva dos textos que aparecem em provas de concursos e avaliações em geral.

— Diferença entre Compreensão e Interpretação

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a interpretação envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



Noções Básicas de Informática

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



— Princípios Orçamentários

Os princípios orçamentários constituem diretrizes fundamentais que orientam a formulação, execução e controle do orçamento público, assegurando que as finanças do Estado sejam geridas com transparência, legalidade e eficiência. Eles são o alicerce que garante que o processo orçamentário atenda aos objetivos de planejamento, equilíbrio fiscal e responsabilidade com o uso dos recursos públicos.

Esses princípios têm como função principal disciplinar a administração financeira pública, garantindo que o orçamento seja elaborado de forma coerente com as necessidades do governo e com o interesse público, além de facilitar o controle e a fiscalização tanto pelo Poder Legislativo quanto pela sociedade.

Princípio da Clareza

O princípio da clareza exige que o orçamento seja redigido de forma clara, objetiva e compreensível, facilitando a sua leitura e interpretação por todos os interessados, incluindo a população e os órgãos de controle. Esse princípio garante que as informações sobre receitas e despesas sejam apresentadas de modo a evitar ambiguidades, tornando o orçamento um instrumento acessível e transparente.

A aplicação deste princípio fortalece a participação cidadã, pois possibilita que qualquer pessoa compreenda a destinação dos recursos públicos, promovendo maior controle social e accountability.

Princípio da Exclusividade

O princípio da exclusividade determina que a lei orçamentária deve conter exclusivamente a previsão de receitas e a fixação de despesas públicas, sem tratar de temas alheios ao orçamento. Esse princípio visa evitar que questões não relacionadas ao planejamento financeiro sejam inseridas na legislação orçamentária, o que poderia desviar seu foco e prejudicar a eficiência da gestão pública.

Há, contudo, exceções previstas por lei, como a inclusão de autorizações para a realização de operações de crédito e a transposição de recursos, quando necessário.

Princípio da Universalidade

O princípio da universalidade estabelece que o orçamento deve abranger todas as receitas e despesas da administração pública, sem omissões. Isso significa que todas as fontes de recursos e todas as obrigações financeiras do governo precisam estar previstas no orçamento, permitindo uma visão completa das finanças públicas e facilitando o controle e a fiscalização pelos órgãos competentes.

Esse princípio é fundamental para garantir a transparência do processo orçamentário, permitindo que o governo preveja todas as despesas necessárias para o cumprimento de suas funções e serviços.

Princípio da Anualidade (ou Periodicidade)

O princípio da anualidade define que o orçamento público deve ser elaborado para um período determinado de tempo, geralmente correspondente ao ano civil. Esse princípio busca garantir a regularidade e o controle da execução orçamentária, ao exigir que o governo planeje suas receitas e despesas para um período de doze meses, o que facilita a adaptação às necessidades econômicas e sociais de curto prazo.

A temporalidade do orçamento permite que o governo ajuste suas políticas financeiras a cada exercício, adequando o planejamento às mudanças nas prioridades e nas condições econômicas.



Na abordagem tradicional, diferem-se 5 grupos de processos no desenvolvimento de projetos:

- Iniciação;
- Planejamento;
- Execução;
- Monitoramento e controle;
- Encerramento.

Alguns projetos vão seguir todos estes estágios, já outros podem ser encerrados antes do inicialmente esperado. Outros projetos passarão pelos estágios 2, 3 e 4 múltiplas vezes. O projeto visa a satisfação de uma necessidade ou oportunidade, definida no texto acima como fase inicial na qual existem muitas áreas e/ou pessoas envolvidas.

Sempre existirá em geral, mais que uma solução ou alternativas para atender às mesmas necessidades. A técnica utilizada para definir a solução final passa pelo desenvolvimento de alternativas extremas. A primeira, de baixo custo, atendendo as necessidades mínimas para ser funcional. A segunda atendendo a maior parte das exigências das diversas áreas envolvidas no escopo, que resulta num projeto com custo muito maior e pouco competitivo. A partir das alternativas é desenvolvida uma solução intermediária entre as mesmas, que atenda a boa parte das exigências com um custo competitivo.

— Principais características dos modelos de gestão de projetos

Pode ser aplicado como disciplina a fim de manter os riscos de fracasso em um nível mais baixo quanto possível durante o ciclo do projeto, potencializando, ao mesmo tempo, as oportunidades de ocorrência de eventos favoráveis ao projeto. O risco de fracasso, consequente da ocorrência de ameaças, aumenta de acordo com a presença de incerteza do evento, e da sua probabilidade de ocorrência, durante todos os estágios do projeto.

A Gestão de Projetos é a disciplina de determinar e atingir objetivos ao mesmo tempo que se otimiza o uso de recursos (tempo, dinheiro, pessoas, espaço, entre outros).

A Gestão de projetos tem como responsável um indivíduo intitulado gerente de projeto. De maneira ideal, o gestor raramente participa diretamente nas atividades que produzem o resultado final. Ainda assim, o gerente de projeto visa manter o progresso e a interação mútua progressiva dos diversos participantes do empreendimento, reduzindo assim o risco de fracasso do projeto, podendo arcar com qualquer ônus.

— Projetos e suas etapas

O gestor de projetos utiliza várias técnicas, para manter o controle sobre o projeto do início ao fim, dentre as quais destacam-se:

- Planejamento de projeto;
- Análise de valor agregado;
- Gerenciamento de riscos de projeto;
- Cronograma;
- Melhoria de processo.



O QUE É O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

► Conceito e origem da proposta

O Plano de Transformação Ecológica é uma estratégia do Governo Federal brasileiro voltada para o desenvolvimento sustentável, lançada com o objetivo de alinhar a economia nacional às exigências ambientais do século XXI. Trata-se de uma iniciativa transversal que busca transformar o modelo de desenvolvimento do país, promovendo uma economia de baixo carbono, inclusiva, justa e resiliente às mudanças climáticas.

Sua formulação está diretamente ligada aos compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e surge da necessidade de reposicionar o país diante da nova geopolítica ambiental e econômica global. O plano propõe uma mudança estrutural, não apenas setorial, articulando ações em diversas áreas como energia, agricultura, indústria, infraestrutura, educação e finanças sustentáveis.

► Fundamentos e princípios orientadores

O plano se baseia em três grandes pilares:

- **Justiça climática:** promove a equidade no acesso às oportunidades da transição ecológica, buscando reduzir desigualdades regionais, sociais e raciais.

- **Inovação tecnológica:** aposta em soluções sustentáveis que utilizem ciência, tecnologia e conhecimento tradicional para criar novos modelos de produção e consumo.

- **Desenvolvimento territorial sustentável:** incentiva ações integradas em nível local, respeitando as características e vocações de cada região brasileira.

Esses princípios orientam a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, promovendo uma transição ecológica que não deixe ninguém para trás.

► Articulação com políticas públicas e metas internacionais

O plano não atua de forma isolada. Ele está alinhado a outros instrumentos de planejamento e desenvolvimento do governo, como:

- A Política Nacional sobre Mudança do Clima
- O Plano Plurianual (PPA)
- A Nova Indústria Brasil
- O Plano Safra Sustentável

Além disso, o plano contribui diretamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles relacionados à energia limpa, cidades sustentáveis, ação climática, vida terrestre e igualdade social.

Outro destaque é a integração com a política externa brasileira, que busca reposicionar o país como liderança global na pauta ambiental.

O plano também é uma resposta estratégica ao crescente movimento global de taxação de carbono e à exigência de cadeias produtivas mais sustentáveis por parte de mercados internacionais, como a União Europeia.



Conhecimentos Específicos

— Administração Geral

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

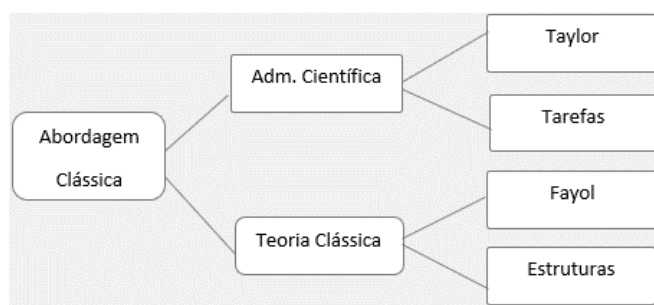
Montana e Charnov”

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

- 1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.
- 2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.
- 3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).
- 4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.
- 5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).
- 6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.
- 7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.





DEFINIÇÕES E ABORDAGENS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão sobre o que são políticas públicas varia conforme a linha teórica, a perspectiva institucional e os objetivos de análise. Por isso, é essencial conhecer as principais conceituações e abordagens utilizadas no campo da Administração Pública. A diversidade de definições não representa contradição, mas sim a complexidade que envolve esse tema, sempre relacionado às escolhas coletivas que orientam a ação estatal.

De forma geral, políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de decisões, ações e programas desenvolvidos por atores governamentais com o propósito de solucionar problemas coletivos e promover direitos e serviços para a população. Contudo, esse conceito se desdobra em diferentes enfoques, conforme exposto a seguir.

▸ Conceito clássico e normativo

A definição mais tradicional, muitas vezes chamada de normativa, parte da ideia de que políticas públicas são aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Essa formulação, popularizada pelo autor Thomas Dye, enfatiza o papel do Estado como ator central na tomada de decisão. Nessa visão, o governo é quem detecta os problemas, decide as soluções e executa as medidas por meio de seus órgãos e instituições. É uma concepção centrada no Estado, o que a torna bastante útil para estudos que analisam a atuação dos poderes públicos de forma hierárquica e formal.

Essa abordagem é comum em análises institucionais que observam os ciclos das políticas públicas dentro das estruturas de governo. Ela oferece clareza para se identificar atores formais, normas jurídicas envolvidas, fases do processo decisório e resultados esperados.

▸ Abordagem processual

Outro enfoque relevante é o processual, que entende a política pública como um processo contínuo, que envolve diversas etapas desde a identificação do problema até a avaliação dos resultados. Essa abordagem permite compreender que a política pública não é um produto estático ou um único ato decisório, mas um conjunto articulado de fases que se retroalimentam e exigem coordenação entre diferentes agentes.

Dessa forma, o processo de formulação e implementação passa a ser analisado em seus aspectos dinâmicos, revelando conflitos, disputas e articulações que ocorrem ao longo do tempo. A abordagem processual é bastante usada nos estudos sobre ciclo de políticas públicas, que divide a atuação do Estado em fases como agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação.

▸ Abordagem pluralista e participativa

Com o avanço da democracia e da participação social, surgiu também a concepção de políticas públicas como resultado da interação entre diversos atores sociais, e não apenas do governo. Essa é a perspectiva pluralista, que reconhece que organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas privadas e cidadãos organizados também influenciam diretamente na formulação de políticas.

Nessa abordagem, as políticas públicas são frutos de negociações, conflitos e consensos estabelecidos entre diferentes grupos de interesse. A presença de conselhos gestores, audiências públicas e consultas populares revela que o Estado não está isolado na definição de suas ações. Há uma governança compartilhada, em que múltiplos atores atuam de forma articulada, embora com diferentes níveis de poder e capacidade de influência.